



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001534-20.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Norival Sérgio Marques**
 Embargado: **Pano Brasilis Comércio de Bicletas Ltda Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Norival Sérgio Marques opõe embargos à execução que lhe move Pano Brasilis Comércio de Bicletas Ltda EPP. A execução está fundada em dois cheques que o embargante havia assinado e deixado em branco, guardados em uma gaveta, e que foram subtraídos por seu genro, Omar Demétrio Mitre Junior, o qual, sem autorização ou conhecimento do embargante, os utilizou para adquirir mercadorias junto à embargada. Sob tais fundamentos, pede o acolhimento dos embargos para que seja extinta a execução.

Os embargos foram recebidos sem efeito suspensivo.

A embargada ofereceu impugnação.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 920, II c/c art. 355, I do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Os cheques de fls. 28/29 e 31/32 foram emitidos em 05.2016, e apresentados respectivamente em 06.2016 e 07.2016.

Um dos cheques foi sustado pelo embargante, fls. 29, mas não pelo motivo "28",

1001534-20.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que corresponderia a sustação ou revogação da cártula por furto, roubo ou extravio, e sim pelo motivo "21", simples sustação ou revogação, imotivada.

O outro cheque sequer foi sustado ou revogado, somente não sendo compensado por divergência de assinatura, motivo "22", veja-se fls. 32.

Sobre este segundo cheque, note-se que apesar da aparente divergência de assinatura não há dúvida alguma de que foi assinado pelo embargante, como ele próprio reconhecido na petição inicial.

Sustenta o embargante que as cártulas, assinadas, foram furtadas por seu então genro e utilizadas sem o seu consentimento.

Todavia, tem-se nos autos que o boletim de ocorrência somente foi lavrado pelo embargante em 07.03.2017, muito tempo após às próprias apresentações dos cheques na instituição bancária que, como vimos acima, ocorreram em 06.2016 e 07.2016.

Não se pode, nesse cenário, afastar a responsabilidade cambial do embargante, vez que o contexto acima comprova claramente a boa-fé da embargada, que não pode ser prejudicada pelo suposto furto do cheque por pessoa da intimidade do embargante, prevalecendo-se de conduta culposa do próprio embargante de assinar cártula em branco e deixá-la acessível a terceiros.

Quem assina cheque em branco assume risco que não pode ser transferido ao que de boa-fé o recebe, preenchido, consoante o disposto no art. 891, parágrafo único do Código Civil, norma que prestigia o princípio da cartularidade e da boa-fé nas relações.

Princípios que justificam diversas normas alusivas aos títulos de crédito, justificando, por exemplo, que um título ao portador que entre em circulação contra a vontade do emitente seja, ainda assim, exigível, consoante o art. 905, parágrafo único do Código Civil ("a prestação é devida ainda que o título tenha entrado em circulação contra a vontade do emitente"), justificando, ademais, as regras dos arts. 915 ("o devedor, além das exceções fundadas nas relações pessoais que tiver com o portador, só poderá opor a este as exceções relativas à forma do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

título e ao seu conteúdo literal, à falsidade da própria assinatura, a defeito de capacidade ou de representação no momento da subscrição, e à falta de requisito necessário ao exercício da ação") e 916 ("as exceções, fundadas em relação do devedor com os portadores precedentes, somente poderão ser por ele opostas ao portador, se este, ao adquirir o título, tiver agido de má-fé") do Código Civil.

Note-se que o cheque, autêntico, foi posto em circulação, e a embargada o adquiriu de boa-fé, razão pela qual são aplicáveis as regras dos arts. 24 e 35 da Lei nº 7.357/85, assim como do art. 896 do Código Civil.

Tenha-se em conta, ainda, que transcorridos meses desde a devolução das cártulas - que, frise-se, não foram devolvidas pelo motivo ora alegado de furto - o embargante jamais propôs qualquer ação contra a embargada, o que implica o reconhecimento de sua obrigação de natureza estritamente cambiária, ainda que possa voltar-se contra o seu ex-genro, se for o caso.

Ante o exposto, rejeito os embargos à execução, condenando o embargante em custas, despesas e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da execução.

P.I.

São Carlos, 09 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**